

Carta da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)

Este texto apresenta reflexões construídas a partir da contribuição de 93 representantes de organizações e coletivos culturais que atuam em comunidades rurais brasileiras, desenvolvendo ações em múltiplas linguagens artísticas e culturais. Os participantes integraram atividades formativas e momentos de escuta qualificada sobre a importância do fomento cultural para os territórios rurais, respondendo também a questionários voltados ao acesso às políticas de incentivo, com especial atenção à Lei Nacional Aldir Blanc.

A escuta ativa foi promovida pelo Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar, em articulação com a Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, com o objetivo de compreender de que forma as organizações culturais têm acessado os mecanismos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e quais obstáculos persistem nesse processo. A iniciativa buscou produzir subsídios para o aprimoramento das políticas públicas culturais sob a perspectiva das ruralidades.

Os dados coletados reafirmam que processos de escuta territorializada são fundamentais para identificar demandas concretas, assimetrias de acesso e desafios estruturais enfrentados pelas organizações culturais comunitárias. As respostas evidenciam a necessidade de aperfeiçoamentos nos instrumentos de fomento, de modo a ampliar o acesso ao apoio financeiro e institucional por parte dos sujeitos culturais do campo.

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, representa um marco relevante na recomposição das políticas culturais brasileiras. Seu desenho busca promover a descentralização de recursos para estados, municípios e Distrito Federal, fortalecendo o pacto federativo da cultura e contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura. Trata-se de uma política estruturante que reafirma a cultura como direito e como dimensão estratégica do desenvolvimento.

PARCEIROS:

REALIZAÇÃO:



No âmbito da Cultura Viva, a PNAB abre oportunidades importantes para o fortalecimento de iniciativas comunitárias, ao viabilizar recursos para manutenção de espaços culturais, realização de atividades e dinamização de redes territoriais. A previsão de direcionamento de recursos para áreas periféricas e rurais constitui avanço significativo, ainda que sua efetividade dependa da forma como estados e municípios operacionalizam os editais.

Persistem, entretanto, desafios relevantes na implementação da política. Observa-se que, em muitos contextos, os mecanismos de fomento seguem excessivamente baseados em editais pontuais e de curta duração, o que dificulta a sustentabilidade de processos culturais de base comunitária. Tal dinâmica tende a limitar o potencial estruturante da PNAB, especialmente para organizações que atuam em territórios rurais com maiores vulnerabilidades socioeconômicas e institucionais.

A PNAB também cumpre função pedagógica junto às gestões públicas locais, muitas vezes ainda em processo de consolidação de suas capacidades institucionais na área da cultura. Como política em fase de maturação, abre caminho para o fortalecimento de uma institucionalidade cultural mais robusta, desde que acompanhada de investimentos continuados em formação, governança e participação social.

A escuta realizada evidenciou que o acesso das comunidades rurais aos recursos da PNAB ainda enfrenta barreiras significativas. Destaca-se, entre elas, a insuficiência de estratégias de comunicação acessível sobre editais e oportunidades de fomento. Frequentemente, as informações circulam em linguagem excessivamente técnica e por canais pouco capilarizados nos territórios rurais, produzindo exclusões indiretas de potenciais beneficiários.

Soma-se a esse quadro a persistente concentração de capacidades técnicas e informacionais nos centros urbanos. Muitas organizações rurais enfrentam limitações de infraestrutura, conectividade e formação para elaboração de projetos culturais, o que reduz suas condições de competitividade nos processos seletivos. Esse cenário reforça desigualdades históricas no acesso às políticas públicas culturais.

PARCEIROS:

REALIZAÇÃO:



Outro ponto crítico refere-se à necessidade de aprofundar os mecanismos de diálogo entre poder público e territórios. Embora existam iniciativas de escuta, parte dos participantes aponta que esses processos ainda carecem de maior densidade participativa e de efetiva incidência na formulação dos editais. A ausência de diagnósticos territorializados mais consistentes dificulta a construção de instrumentos de fomento sensíveis à diversidade das ruralidades brasileiras.

Diante desse contexto, torna-se estratégica a ampliação da articulação entre sociedade civil, entes federados e instâncias do Sistema Nacional de Cultura. Essa articulação deve estar orientada pelos princípios da transparência, equidade territorial e participação social qualificada. Recomenda-se o fortalecimento de ações de capacitação para agentes culturais rurais, bem como a descentralização ativa das informações sobre oportunidades de fomento.

Por fim, a consolidação de uma política cultural verdadeiramente inclusiva requer o aprofundamento das estratégias voltadas às comunidades rurais. Isso implica ampliar a previsibilidade e continuidade dos recursos, simplificar procedimentos burocráticos, fortalecer arranjos de gestão compartilhada e reconhecer a centralidade das culturas comunitárias no desenvolvimento territorial. Somente com esse conjunto de medidas será possível garantir que as vozes, memórias e práticas culturais das ruralidades brasileiras estejam plenamente reconhecidas no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc.

PARCEIROS:

REALIZAÇÃO:



Organizações que assinaram a Carta da PNAB

- Admilton Ribeiro Lima - Grupo Cultural Miriã
- Aline Gonçalves Barbosa - Ponto de Cultura Coletivo Anônimo
- Amanda Mensch Eltz - Memórias e Saberes da Antiga Torres
- Antônio Amador de Oliveira - Centro Cultural Zé Amador
- Clovis Renato Heinrich dos Santos
- Elida Carina Santos Torres - Associação Quilombolas Santa Maria
- Empreendimento Econômica Solidária (EES Afêfê Odará)
- Jaciara Carvalho de Almeida - Associação Comunitária de Artesãs da Comunidade Quilombola de Sítio Santana
- José do Nascimento Pereira de Almeida - Associação Cultural Maracrioula "Ponto de Memória Crioula Simples Como Deve Ser"
- Juliana de Medeiros Diniz - Sítio Santa Bárbara Cozinha Colher de Pau
- Letícia de Cássia Costa de Oliveira - Lãs do RS
- Luzia Barboza da Silva - Museu Memorial Sertanejo
- Manuelle de Souza Costa Vieira - Cia. Teatro de Manu
- Maria Silma Moreira Magalhães - Pontão de Cultura Terra de Vida, Terra de Arte
- Marluce da Silva Franklin - Garagem Cultural
- Ponto de Memória Floresta Criativa - Boi da Floresta Mestre Apolonio - Sociedade Junina Turma de S.J. Batista - Boi da Floresta
- Raimundo Muniz Carvalho - Instituto Cresça de Desenvolvimento Socioambiental
- Rangel da Silva Sousa - Instituto Conjunção
- Robson Rodrigues de Araujo - Escola de Circo Segredo das Artes
- Silvana D'Avila Cardoso de Oliveira - Ilê de Oya Noqué com Ogum

PARCEIROS:

REALIZAÇÃO:

